

BARNABÉ, Luís Ernesto*

<https://orcid.org/0000-0003-1723-7197>

GALERANI, Katiely Benedita Príncipe*

<https://orcid.org/0009-0007-4080-8505>

RESUMO: A presente investigação se debruça sobre o momento exato em que, na educação secundária brasileira, a narrativa da História Sagrada, tradicional e vigente de longa data, passa a conviver com a proposta de nova inteligibilidade de passado, pautada em descobertas científicas que alargam a noção de tempo e, concomitantemente, põe em xeque a primazia da tradição judaico-cristã. Entre 1887 e 1889, João Maria da Gama Berquó, professor do Imperial Colégio de Pedro II, publica dois compêndios que abordam o tema. No primeiro deles, a narrativa centra-se apenas na fundamentação científica, ao passo que, no subsequente, ocorre a acomodação entre as duas inteligibilidades. Além de analisar a escrita da história escolar nos compêndios, será apresentado um mapeamento da circulação das obras, bem como uma análise histórica da biografia do autor, procedimentos com os quais se espera demonstrar como tal complexa indissociabilidade não resulta em um processo linear, sendo a escrita da História Antiga escolar, antes disso, um campo em disputa.

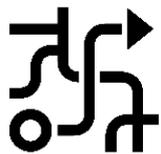
PALAVRAS-CHAVE: História Antiga escolar; compêndios escolares de História; João Maria da Gama Berquó.

ABSTRACT: The present investigation focuses on the exact moment in which, in Brazilian secondary education, the narrative of Sacred History, traditional and long-standing, starts to coexist with the proposal of a new intelligibility of the past, based on scientific discoveries that broaden the notion of time and concomitantly puts in check the primacy of the Judeo-Christian tradition. Between the years of 1887 and 1889 João Maria da Gama Berquó, a professor at the Imperial Colégio de Pedro II, published two compendiums that addressed the theme. In the first one, the narrative focuses only on the scientific basis, while in the following one, a compromise between the two intelligibility takes place. Besides analyzing the writing of school history in textbooks, a mapping of the circulation of works will be presented, as well as a historical analysis of the author's biography, procedures with which it is expected to demonstrate how such complex indissolubility does not result in a linear process, the writing of ancient school history being, before that, a field in dispute.

KEYWORDS: Ancient school history; history textbooks; João Maria da Gama Berquó

* Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista (2002), mestrado (2006) e doutorado (2019) em História pela mesma Universidade. Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Lecionou por oito anos na educação básica pública e privada. Atuou em projetos de formação docente como PIBID e PARFOR

* Graduada em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Professora de História na Pré-escola Jean Piaget (Jacarezinho - PR). Graduanda em Geografia pela FAEL



Nossa investigação tem como foco o professor João Maria da Gama Berquó e seus dois compêndios: *História¹ Universal (Noções)*, de 1887, composto por dois volumes – *História Antiga do Oriente e História da Grécia e de Roma* –, e *Noções Sumárias de História Universal*, de 1889. A motivação de tal estudo reside no fato de que, no primeiro compêndio, o autor apresenta uma escrita da História Antiga escolar extremamente original para a época, contendo: a) Pré-história e o subsequente alargamento temporal da História humana e b) a inovadora conformação de Oriente (SAID, 2007), cujo viés racial incluía a Índia pela necessidade de trazer à baila os arianos, operando, conseqüentemente, uma ampliação espacial.

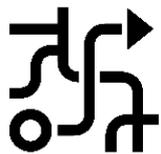
Diante da ausência de estudos acerca de João Maria da Gama Berquó, a pesquisa recorreu ao acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital², entre 1874 a 1912, de modo que foi possível localizar informações biográficas, bem como notícias sobre os compêndios e anúncios que indiciam a circulação pelo país.

Alain Choppin (2012, p. 14-16) adverte para a articulação de manuais escolares com prescrições impostas, abstratas e gerais dos programas oficiais e o discurso singular e concreto, mas efêmero, de cada professor³; e de igual modo, para a perspectiva de continuidade entre gerações, a obsolescência e a inovação. Manuais escolares tomados em série possibilitam observar, a longo prazo, a aparição e as transformações de uma noção científica, as inflexões de um método pedagógico ou as representações de um comportamento social, além das evoluções materiais da edição. Segundo Annie Bruter (2012), a História da disciplina escolar de História ocorre em ritmos próprios, nem sempre em sincronia com mudanças de ordem política, sobretudo em perspectiva de longa duração (BRUTER, 1997). Tais pressupostos estão em consonância com a definição da categoria escolar enquanto cultura, desprendida de abordagens que relegam à escola o papel de mero receptor. Dominique Julia (2001) a reconhece, dessa maneira, como o conjunto de normas que definem o conhecimento a ensinar e as condutas a inculcar, o conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporações desses comportamentos, sendo tais conjuntos coordenados a finalidades

¹ A grafia das fontes mencionadas neste trabalho foi atualizada conforme o acordo ortográfico da língua portuguesa de 2009

² Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 10.abr.23.

³ Cf. também Chervel (1990, p. 189)



que podem variar, por exemplo, entre a educação jesuíta e o projeto de educação do Estado Francês no século XIX.

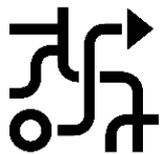
Nesse sentido, o que as duas escritas de História Antiga escolar de Berquó poderiam indicar? A mudança na prática da escrita da História escolar, estimulada pelos debates científicos, e a pretensa construção de uma sociedade moderna e de um projeto civilizatório? A permanência da força da História Sagrada⁴ ditando a forma da História escolar escrita nos compêndios ao longo de praticamente todo o século XIX, dando mostras da cultura escolar?

Tais questões não são excludentes e evidenciam a complexidade de um processo histórico específico, que envolve a disciplinarização da História no contexto brasileiro da transição da monarquia para a república e da consolidação do mercado de livros. Logo, é imprescindível situar o artefato compêndio escolar e sua escrita como uma prática social (CERTEAU, 2006), e por isso, também compreender as condições e motivações dos autores, na grande maioria dos casos, professores. Segundo Gasparello (2011), os processos sociais são importantes ao analisar as práticas de escrita e experiências sociais dos sujeitos que, em certo momento, interferiram nas mudanças e propostas para a instrução primária e a secundária:

Um processo no qual os autores e seus textos são vistos como *agentes instituintes* da nova configuração cultural que esse período vivenciou e do qual podem ser destacados o surgimento e ampliação de novos campos de saberes, organização do ensino e formas de ensinar e aprender (GASPARELLO, 2011, p. 466).

Por fim, com a expectativa de compreender Berquó e suas escritas, foi feito um exercício teórico de junção da chave dos dois regimes de autonomia intelectual, desenvolvida por Valdei Araujo (2015) com a análise de Angela Alonso (2009), para quem a geração de 1870 promoveu contestação política ao Império e buscou espaços institucionais manejando recursos intelectuais em voga na Europa, mesmo que difusos ou conflitantes em alguns momentos.

⁴ Cf. Bitencourt (2018), Barnabé (2019), Farias Júnior (2022).



RASTROS DE JOÃO MARIA DA GAMA BERQUÓ

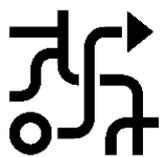
Ao contrário de outros professores do Imperial Colégio de Pedro II (ICPII)⁵, João Maria da Gama Berquó é um autor que ainda não foi estudado. Informações biográficas básicas, como local e data de nascimento e falecimento, são até o momento desconhecidas, bem como sua origem social e grau de instrução. As informações levantadas possibilitam enquadrá-lo como um típico homem de letras da corte, que vivenciou a ascensão da chamada geração de 1870.

Ele foi aceito como sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, em 1882 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, ed.308, p. 1). Dois anos depois, participou de comissão para dar parecer sobre a questão da adoção de um meridiano inicial e uma hora universal (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884, ed.84, p. 2). Entre os anos de 1884 e 1885, atuou como redator-chefe da revista da mesma instituição (O ECONOMISTA, 1884, ed.813, p. 2; ALMANAQUE LAEMMERT, 1885, ed. A42, p. 1318). Sabe-se também que estava apto para ministrar francês, pois em 1874 recebeu dispensa da prova de capacidade profissional para ensinar pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1874, ed.19, p. 8).

Desde a fundação do ICPII, o ensino foi ministrado por ilustres professores, intelectuais destacados na sociedade e reconhecidos pelo notório saber, diante da ausência de instituições formadoras de professores para o ensino secundário (SANTOS, 2011). Ao longo de todo o século XIX, “ser professor era ser reconhecidamente letrado” (GASPARELLO, 2011, p. 469), logo, essas pessoas podiam ocupar múltiplas funções em torno do mundo dos livros: escritores, jornalistas e autores de livros didáticos” (GASPARELLO, 2011, p. 468).

A trajetória profissional de Berquó pode ser dividida em dois momentos: docente no ICPII, entre 1876 e 1892, e encarregado pelo governo brasileiro em missões pela Europa, a partir de 1892 até data incerta. Para a primeira fase, o quadro a seguir oferece um panorama, bem como suas aptidões enquanto homem de letras:

⁵ Para a primeira geração de professores no colégio, cf. Mendonça et al. 2013; acerca dos professores de História no colégio, cf. Santos (2011); Gasparello (2004); Dória (1997); especificamente Justiniano José da Rocha, cf. Barnabé (2019); especificamente Joaquim Manoel Macedo, cf. Mattos (2000).



Quadro 1: Relação das disciplinas regidas por Berquó no ICPII

| Ano | Disciplina |
|------|---|
| 1876 | Francês (Internato) História (Externato) |
| 1877 | História (Externato) |
| 1878 | História (Externato) |
| 1879 | História (Externato) Geografia, Cosmografia e História (Internato) |
| 1880 | História (Externato) Geografia, Cosmografia e História (Internato) |
| 1881 | Geografia, Cosmografia e História (Externato) |
| 1882 | Geografia, Cosmografia e História (Externato) Geografia, Cosmografia e História (Internato) |
| 1883 | Corografia e História do Brasil (Externato) Geografia (Internato) |
| 1884 | Português e Geografia, Cosmografia e História |
| 1885 | Geografia (Internato) Geografia (Externato) |
| 1887 | História Geral e História, Corografia do Brasil, Geografia, Cosmografia e História Geral |
| 1889 | História Geral |
| 1890 | Geografia (Externato) |
| 1891 | Geografia (Internato) Geografia (Externato) |
| 1892 | Geografia (1º Externato) |

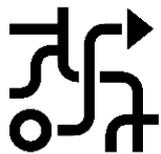
Fonte: Dos autores

Durante os anos que trabalhou no ICPII, Berquó concorreu por duas vezes em concursos, sendo a primeira em 1879 para a vaga de professor substituto das cadeiras de História, Geografia e Cosmografia (*Jornal do Comércio*, 1879, ed.292, p. 2). As etapas do pleito, como de costume, contaram com a presença do imperador e foram divulgadas na imprensa. Berquó foi aprovado em primeiro lugar.

Com a morte de Joaquim Manoel de Macedo em 1882, foi aberto novo concurso, agora para as cadeiras de História e Corografia do Brasil do externato. O resultado foi publicado em 28 de junho de 1883:

Terminou ontem, pela leitura da prova escrita, o concurso dos candidatos à cadeira de História e Corografia do Brasil do externato do Imperial Colégio de Pedro II. A comissão julgadora, composta dos Srs. Drs. Souza Bandeira Filho, Carmo, Moreira de Azevedo, Mattoso Maia, Silvio Romero, assim classificou os candidatos: 1º lugar, unanimemente, o Sr. João Capistrano de Abreu. 2º lugar, unanimemente o Sr. J. da Gama Berquó. 3º lugar, os Srs. Drs. Evaristo Nunes Pires e Feliciano Pinheiro de Bittencourt. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1883, ed.179, p. 1).

Em correspondência com o seu amigo Macedo Soares, Capistrano de Abreu, ainda que pese o autoelogio, traça um julgamento do concorrente:



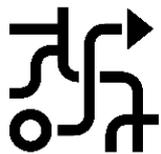
Quanto ao meu concorrente, ele tinha certeza que, se não fosse classificado em primeiro lugar, sê-lo-ia em igualdade de circunstância comigo, o que lhe dava preferência. Bom rapaz no fundo, o Berquó, estudioso, ilustrado. O seu grande defeito foi não ter seus estudos próprios, fiar-se quase sem restrições nos expositores antes de recorrer aos originais. A tese dele não estava má: o único defeito foi parecer antes um estudante, zeloso e ilustrado é verdade, mas estudante, antes que um professor (MALVEIRA, 2004/2005, p. 212).

Preconizada por Valdeci Araujo (2015), a existência de dois regimes de autonomia da produção historiográfica moderna – compilatório e disciplinar – na primeira metade do século XIX, mostra-se aplicável ao restante do século XIX brasileiro, uma vez que os espaços da atividade intelectual deveriam ser os mesmos, pois inexistia ainda a profissionalização da produção do saber historiográfico em universidades, como já era corrente na Europa, para fazer frente ao IHGB. Tal chave explicativa aplicada ao universo da escrita da História Antiga escolar possibilita a compreensão da complexa imbricação dos limites impostos ao autor, em termos de legitimidade no campo, com a prática da escrita da História Antiga, entendida na longa duração e ganhando contornos específicos como disciplina escolar.

O padrão disciplinar, caracterizado pela especialização, condicionava sua sobrevivência ao estratégico vínculo com o Estado e com instituições, o que, por sua vez, conferia *status* intelectual e reconhecimento social aos indivíduos. Formado no Recife⁶, Capistrano, autor de *Necrológio de Varnhagen* (1878), desponta como expoente de uma nova geração de historiadores que repensa a questão da temática (social, superando a política) ou do enfoque historiográfico, que, entre 1874 e 1883, caracteriza-se como uma fase historicista cientificista (BARROS, 2010). O período de 1879 a 1882, quando atuou como oficial da Biblioteca Nacional, qualifica-o para o domínio das fontes e fundamenta a tese *O Descobrimento do Brasil*. Não havia, desse modo, no âmbito da produção da historiografia nacional – e, de maneira anexa, do ensino na mais importante escola de ensino secundário do país –, como fazer frente a Capistrano.

O padrão compilatório, por sua vez, estava ligado à produção de obras destinadas ao crescente mercado que se alimentava pela demanda social e, por conseguinte, a um

⁶ Barros (2010) analisa o período das últimas décadas do Império brasileiro como um momento em que a presença predominante francesa passa a conviver com referências intelectuais de outros países, como Alemanha e Inglaterra. Apenas em Recife, predomina o historicismo, “expresso em uma resistência ao cientificismo sociológico que se estabelecia a partir de uma distinção mais clara entre natureza e cultura”. Em Minas Gerais e Rio de Janeiro, prevalecia a influência de Comte e Spencer como referencial historiográfico.



público não especializado, que deve ser reconhecido como resultante da expansão dos estabelecimentos de instrução. Contudo, não restava nesse momento a Berquó sequer a História do Brasil, tal como Joaquim Manuel de Macedo o fizera em relação a Varnhagen. Como avalia Capistrano: “antes um estudante, zeloso e ilustrado é verdade, mas estudante, antes que um professor”. É importante enfatizar esse ponto, pois a escrita de compêndios de História Antiga aparece como fenômeno recorrente em casos como Justiniano José da Rocha (BARNABÉ, 2019) e João Ribeiro (GUERRA, BARNABÉ, 2023). Todos eles publicaram obras de caráter compilatório, mas não na temática da História nacional, pois não dispunham de legitimidade para tanto. Ainda assim, Berquó, em 1887, com a *História Antiga do Oriente e História da Grécia e de Roma*, e João Ribeiro, em 1892, com a *História Antiga – I: Oriente e Grécia* ofereceram ao público uma abordagem (ou uma escrita da História escolar) diferente dos compêndios anteriores, lançando mão dos debates científicos contemporâneos. Voltaremos a essa questão, articulando-a ao seu provável vínculo com o republicanismo.

Em 1889, logo após a proclamação da República, Berquó foi nomeado para a comissão encarregada de estudar e apresentar um plano para a reforma do ensino. No ano seguinte, a sua partida para Europa em missão de pesquisa foi noticiada pela imprensa: “O Ministério da Instrução Pública, aproveitando-lhe a viagem, encarregou-o de colher no velho mundo documentos que sirvam para esclarecer os anais deste país” (O ECONOMISTA, 1890, ed.2705, p. 3). Segundo o autor do texto, as investigações de Berquó deveriam abranger, além das coleções particulares a que ele tivesse acesso, também a buscas na Torre do Tombo, no Conselho Ultramarino, na Biblioteca Nacional de Lisboa, nos arquivos e bibliotecas de Sevilha, Simancas e Madri, na Propaganda Fide, assim como nos arquivos e bibliotecas do Vaticano e na Emanuele de Roma.

Foi encontrada notícia da sua chegada no jornal lisboeta *Correio da Manhã*. Tal excerto é interessante, pois traz indícios de que a nacionalidade de João Maria da Gama Berquó possa ser portuguesa⁷.

⁷ Ainda que o Dicionário Bibliográfico Brasileiro de Antonio Blake (3º volume p.486) indique sua origem no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/22>. Acesso em 12mar, de 2023.

Figura 1: Anúncio sobre a chegada de Berquó em Portugal.

O nosso amigo sr. João Berquó (Cantagallo), que ha dias chegou a Lisboa, vindo do Brazil onde fixára residencia ha annos, partiu para as Caldas da Rainha, onde se demorará algum tempo.
João Berquó está encarregado pelo governo brasileiro de percorrer varias bibliothecas da Europa afim de examinar documentos que digam respeito á historia do Brazil.

Fonte: Correio da Manhã, 1890, ed.1785, p. 1.

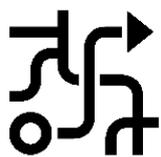
Atualizações e detalhes sobre o andamento das pesquisas de Berquó aparecem na seção de correspondência do jornal *O Economista*, do dia 3 de dezembro de 1890: “Acabo de saber que o doutor Gama Berquó já deu começo em Lisboa aos trabalhos que fora incumbido, sendo de esperar que por esse mês envie o seu primeiro relatório o qual, segundo parece versará sobre as consultas do conselho ultramarino” (*O ECONOMISTA*, 1890, ed.2775, p. 2). A notícia da sua exoneração do Ginásio Nacional, por abandono de emprego, circulou por diferentes jornais do Rio de Janeiro em julho de 1892⁸.

Os últimos rastros de Berquó foram encontrados em notícias do Ministério das Relações Exteriores publicadas pela imprensa. A primeira indica que ele permaneceu em Portugal desde 1890: “Foram promovidos [...] a chanceler do Consulado Geral em Lisboa o Sr. João Maria da Gama Berquó, há 19 anos auxiliar nessa repartição” (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 1910, ed.267, p. 4); e a segunda trata da sua exoneração em 1912 (*RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES*, 1912, ed.1, p. 62).

OS COMPÊNDIOS ESCOLARES DE BERQUÓ: DA ESCRITA, RECEPÇÃO E CIRCULAÇÃO

No ano de 1887, duas obras publicadas por dois professores do ICPII mencionam a Pré-história amparada em debates científicos que envolvem questões geológicas e biológicas: *História Universal, Parte I – História Antiga*, de Luís de Queirós Mattoso Maia,

⁸ *Jornal do Comércio* (1892, ed.202, p. 1), *Gazeta de Notícias* (1892, ed.201, p. 1), *Diário de Notícias* (1892, ed.2564, p. 1) e *Diário do Comércio* (1892, ed.221, p. 1). No jornal *O Tempo*, foi encontrada a data em que se assinou o decreto de sua exoneração, 19 de julho de 1892. (*O TEMPO*, 1892, ed.421, p. 1).



pela Livraria de J.G. de Azevedo – Editor; e *História Universal (Noções)*, volume I: *História Antiga do Oriente*, de João Maria da Gama Berquó, pela Livraria Clássica de Alves e Cia.

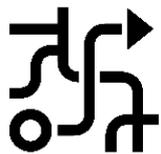
A diferença entre elas é que a primeira menciona Pré-história e debates científicos nos Prolegômenos (p. 1-17), incluindo hindus, arianos (Lição VIII) e chineses (Lição X), mas retoma na estruturação dos capítulos um dos elementos constituintes da forma (GUARINELLO, 2003) da História Sagrada: o hebreu é posicionado como o primeiro povo da História humana⁹, em quatro capítulos¹⁰, seguido de egípcios, em dois capítulos, e babilônios e assírios, em um. Berquó, por sua vez, ao menos para o início da História humana, abandona qualquer conciliação com a História Sagrada em termos de conformação da narrativa. Seu critério de ordenamento é racial, de modo que, em termos de organização posicional, “israelitas” abrem a seção das civilizações semitas (1887a, p. 57), a qual fora antecedida pelas civilizações pré-semitas: egípcios, babilônios e assírios.

Cabe lembrar, como salienta Mario Liverani (2020), que o Antigo Testamento foi durante muito tempo o principal canal de preservação no tempo de uma memória histórica sobre o Antigo Oriente e, inevitavelmente essa proposta de organização racial utilizada por Berquó pode até criar uma ilusão de ruptura, mas, ao fim e ao cabo, ainda condiciona a narrativa de Oriente pela chave da relação dos hebreus com o outro. Com efeito, apesar da forma, o conteúdo do relato de Berquó ainda é refém da narrativa bíblica, e não nos custa notar que praticamente não difere de qualquer compêndio escolar do século XIX ou até de “Hebreus” de algum livro didático atual.

Essa questão precisa ser entendida, por um lado, pelo reconhecimento da força de uma cultura escolar iniciada por jesuítas e amparada na História Sagrada para a escrita da História escolar, resistente na longa duração; por outro, devemos admitir que não havia outra narrativa disponível acerca do Oriente, tais como as novas formas produzidas entre os fins do século XIX e o século XX graças aos dados arqueológicos e ao refinamento teórico-metodológico. É possível identificar tais limites vivenciados pela época de Berquó quando observamos como a periodização da História Universal é estruturada – ou conformada – com reminiscências da História Sagrada de Eusébio de Cesareia (VIDAL-

⁹ Cf. Barnabé (2019).

¹⁰ “Lição I: História Sagrada ou dos hebreus até a morte de Jacó”, “Lição II: Moisés, saída do Egito, dez mandamentos, Pentateuco, Josué”, “Lição III: Governo dos Juizes, Reis: Saul, Davi e Salomão, Separação dos dois reinos”, Lição IV: Reino de Israel (962-718) 244 anos com 19 reis. Reino de Judá (962-587) 375 anos com 20 reis”.



NAQUET, 2002), ao mesmo tempo em que consolida a ideia de Oriente vinculada a essa linha. Para definir a arqueologia, Berquó lança mão da periodização usual:

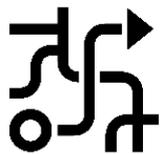
a) *Pré-histórica*, quando trata dos vestígios da civilização da humanidade primitiva; b) *Oriental*, quando estuda os monumentos das grandes civilizações do Oriente: Egito, Assíria etc.; c) *Greco-Romana*, quando trata da civilização dos Gregos e dos Romanos; d) *Cristã*, quando estuda os monumentos devidos a influência do Cristianismo. (BERQUÓ, 1887a, p. III – IV)

Durante o século XIX, era comum observar, nas divisões propostas por compêndios escolares de História, um corte entre História Antiga e História Romana, de modo que mais do que se constituir a noção de Oriente, exaltava-se o Império Romano como algo à parte, já como modelo aos estados modernos (HINGLEY, 2010; TURIN, 2015). Em seus momentos finais, o Império Romano cedia espaço e passava a conviver com a Igreja enquanto potência política, sobretudo sob a chave teleológica da História Sagrada. Um bom exemplo disso é encontrado nos compêndios franceses das décadas de 1820 e 1830, os quais foram adotados pelo ICPII e traduzidos por Justiniano José da Rocha em 1840: História Antiga de Cayx e Poirson, História Romana de Du Rozoir e História dos Imperadores Romanos e da Igreja durante os primeiros quatro séculos, de Dumont (BARNABÉ, 2019).

No curto espaço de dois anos, de 1887 a 1889, Berquó publicou dois volumes de um compêndio de *História Universal*¹¹: *História Antiga do Oriente e História da Grécia e de Roma*. Em seguida, vieram as *Noções Sumárias de História Universal*, as quais compunham, de fato, um curso completo de História. A editora dos compêndios é a mesma, de Francisco Alves, nada menos que a mais importante no ramo de livros escolares.

Enquanto que, na primeira publicação, a origem humana acompanha os debates científicos da época, na segunda, há uma acomodação com a escrita tradicional, consolidada nos compêndios escolares que circulam em todo o século XIX, amparada, portanto, na História Sagrada. Resta-nos entender com alguma profundidade tal processo em sua totalidade, analisando em conjunto a trajetória do autor e a sua escrita, além da recepção e circulação dessas obras.

¹¹ O que, por sua vez, pode sugerir a ambição de um projeto com mais volumes, mas que não foi executado.



Em relação ao primeiro livro, *História Antiga do Oriente*, já em 1887 apareceram elogios: “A definição de história, dada pelo professor, é uma das melhores que conhecemos, por ser concisa, clara e por abranger todo o vasto campo de ação dessa ciência, que é, por assim dizer, a cadeia que liga o presente ao passado para o ensinamento do futuro”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1887, ed.269, p. 2). A resenha exaltava a organização da obra: a divisão dos tempos pré-históricos, tratando da classificação das raças humanas, das religiões, da organização social e a organização racial das civilizações em pré-semitas, semitas e arianas. A resenha ainda dizia que o professor acompanhava as últimas investigações da ciência e era conhecedor das preciosas descobertas de Boucher de Perthes¹², salientando que Berquó, em vez de seguir o grande número de historiadores, colocava à parte a teogonia cristã e aceitava o Gênesis apenas como a base da religião dos israelitas. Sendo assim, Berquó recuava o mundo até os tempos pré-históricos e a aparição do homem até o período quaternário. A resenha finaliza dizendo que, na opinião do jornal, o compêndio deveria ser adotado nas escolas públicas do Império.

A resenha no jornal *Novidades* (RJ) preconiza o caráter inovador da obra, alinhado aos debates científicos como eventual fiador de um sucesso no ambiente escolar (que nunca viria):

Este opúsculo, ao que nos parece, está destinado a tornar-se clássico nos nossos estabelecimentos de instrução secundária, pois que não conhecemos outro compêndio em língua portuguesa que se lhe avante em método de exposição, boa ordem das matérias e clareza de estilo. Além destas qualidades que são essenciais em livros de ensino, o Dr. Berquó mostra achar-se a par das mais modernas pesquisas feitas pela arqueologia na exumação dos antiquíssimos povos de que nos conta a história; adopta os resultados da investigação da geologia para a idade do mundo, pondo à margem como simples calendário religioso, a origem generiaca dada pelo mosaísmo. (NOVIDADES, 1887, ed.208, p. 2)

A sua publicação também repercutiu em Pernambuco: “Recebemos um exemplar da *História Antiga do Oriente* pelo Sr. João Maria da Gama Berquó, lente substituto de História e Geografia do Imperial Colégio de Pedro II, na corte”. A referida nota entende que se trata de um trabalho de incontestável mérito, muito recomenda a grande aptidão

¹² Um dos primeiros a desenvolver a ideia de que a pré-história poderia ser medida com base em períodos de tempos geológicos (FAGAN, 2018; TRIGGER, 2004).

do seu autor e que, portanto, seria digno de ser preferido pelos os que se dedicam ao estudo desta ciência (JORNAL DO RECIFE, 1887, ed.238, p. 2).

Sobre a repercussão do segundo volume, *História da Grécia e de Roma*, o *Jornal do Comércio* (RJ) expunha, em 1888, que “De par com muita singeleza de estilo e perspicuidade expositiva, como se torna preciso em obra didática, o livro do Sr. Berquó oferece as últimas conquistas da erudição hodierna, e em sucintas notas indica seguras fontes de informação” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1888, ed.57, p. 1). O referido jornal definia ainda o compêndio como um trabalho dos mais meditados e bem redigidos de tal gênero.

Há outras fontes que também indicam a boa repercussão dos compêndios, tais como duas matérias da *Revista Sul-Americana* (1889, ed.13, p.16 e ed.22, p. 16) sobre livros escolares premiados na exposição do Rio de Janeiro no ano de 1888, quando os dois volumes receberam o diploma de Primeira Classe. De acordo com Silva e Souza (2019), os materiais apresentados nessas exposições aquiesciam com o que havia de mais moderno no período, apoiando a atividade pedagógica. Outro ponto evidenciado pelas autoras refere-se à necessidade de se forjar o consumo de produtos industrializados; dentre os produtos divulgados e comercializados nessas exposições, encontravam-se, ardósias, penas, livros, quadros parietais, carteiras modernas, entre outros. Os livros escolares premiados naquela exposição não perderam vitrine. O *Cruzeiro* requentou a notícia em 1890, ao longo de treze edições, assim como o *Jornal do Brasil*, em 1891.

Figura 2: Premiação de *Historia Antiga do Oriente* e *Historia da Grecia e Roma*



Fonte: Jornal do Brasil (RJ) 1891, ed.202, p. 12

Como explicar tamanha repercussão da obra? Angela Alonso (2009) defende que as ideias científicas em voga na Europa devem ser vistas como meios de contestação política ao Segundo Reinado por parte da Geração de 1870, contestação esta que atacava os pilares da tradição imperial: o liberalismo estamental, o catolicismo hierárquico e o indianismo romântico. Nesse sentido, tais intelectuais pinçaram seletivamente aquilo que demonstrasse eficácia na crítica à tradição imperial, ainda que combinações teóricas apresentassem inconsistências. E sobretudo, “a difusão do conhecimento novo, das ciências sociais em constituição, se operava deste modo torto: nas vulgatas, nos compêndios e artigos de jornal” (ALONSO, 2000, p. 83). Era preciso propagandear as novas ideias e uma rede via imprensa legitimava ante o público a criação de novos sentidos de realidade.

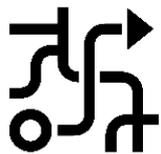
Estamos diante de um compêndio de História, cuja escrita é deveras inovadora para a época, sistematicamente elogiado na imprensa e premiado em espaços que legitimavam a construção de um mundo civilizado, processo este que trazia no objeto do livro um símbolo potente. Contudo, os compêndios *História Antiga do Oriente e História da Grécia e de Roma* não foram capazes de sensibilizar o espaço escolar. Não foram encontradas indicações de prescrição do compêndio. Nem o renome ou poder econômico e logístico da editora, nem a estratégia de estampar na folha de rosto a vinculação do autor ao ICPII foram capazes de garantir o sucesso de vendas da obra (BITTENCOURT, 2004, p. 482; GASPARELLO, 2011, p. 465).

Figura 3: Uso da instituição para cancelar a autoridade do autor.



Fonte: BERQUÓ, (1887b)

Nem mesmo o agora Ginásio Nacional (novo nome para o ICPII), já sob regime republicano, adotou a obra. O programa de ensino de História, vigente no momento da



transição da monarquia para república, ainda é o de 1882 (VECHIA; LORENZ, 1998), mantendo-se a prescrição do compêndio de Moreira de Azevedo (1883) desde 1865. Este apresentava uma escrita da História Antiga escolar simplificada e totalmente vinculada à História Sagrada. Somente em 1892 o programa será alterado, com a prescrição do *Compendio de História Antiga* de João Ribeiro, publicado no mesmo ano, fortemente marcado pela escrita científica para a Pré-história, tal como em Berquó (1887). Todavia, é preciso considerar que a prescrição oficial não necessariamente se realiza na prática docente, de modo que caberia sugerir que os docentes de História do ICPII, Berquó entre eles, já não utilizavam Moreira de Azevedo. Um exemplo disso é a publicação de *Lições de História Universal*, do também professor do colégio, Luis Queirós Mattoso de Maia (1887), mencionado acima.

Cabe então questionar o porquê do lançamento de *Noções Sumárias de História Universal* apenas dois anos depois, mesmo com a propaganda disseminada na imprensa a favor dos compêndios de 1887.

A publicação de *Noções Sumárias* apresentou repercussão, mas nada comparável àquela do compêndio anterior¹³ em quantidade de resenhas ou comentários favoráveis. Trata-se de um novo projeto editorial, que em um único volume

(...) contém desenvolvidamente sete partes, incluindo-se a pré-história ou estudo preliminar da história, com a análise das épocas primárias, o estudo da organização genérica da sociedade, as primeiras formas sociais, os primeiros ritos. A exposição muito clara e em linguagem corrente está ao alcance de todos os espíritos. A segunda parte compreende a História Antiga do Oriente – começando no Egypto, com organização social, estudo da religião e do desenvolvimento da arte e das letras e terminando na Média e na Pérsia¹⁴. História da Grécia é o título da terceira parte – começando na Grécia mítica com a sua história fabulosa e seu mito e terminando – com os Estados firmados no império de Alexandre, desenvolvimento artístico e literário da Grécia. A História de Roma constitui a quarta parte, desde a Itália antiga e a fundação de Roma até Diocleciano e a Tetrarquia. A 5ª parte compreende toda a História da idade Média até a queda de Constantinopla, a 6ª, História Moderna vem dos Estados da Europa nos meados do século XX até a organização do Império Francês e a História Contemporânea, 7ª parte da Europa em 1815 até os nossos dias. (NOVIDADES, 1889, ed.327, p. 1)

O que, no entanto, o resenhista não ressaltou foi a inclusão da História Sagrada, como atesta o sumário da obra:

¹³ No Rio de Janeiro: Revista Sul-Americana (1889, ed.5, p. 12), no Maranhão: Tribuna Liberal (1889, ed.100, p. 2), Santa Catarina: Conservador (1889, ed.91, p. 1).

¹⁴ A noção de Oriente retoma o conjunto de conteúdos da História Sagrada, ao contrário do compêndio anterior, com sua percepção de Oriente ampliada.

“Preliminares I. Noções preliminares. II. Origem do homem segundo a Bíblia. III. Raças humanas; A Pré-história. I. Antiguidade do homem. Vestígios do homem quaternário. II. Divisão dos tempos pré-históricos. – III. Época Paleolítica. IV. Época Neolítica. – V. Época do Bronze. VI. Época do Ferro”. BERQUÓ, s/d. (1889). (Grifo nosso).

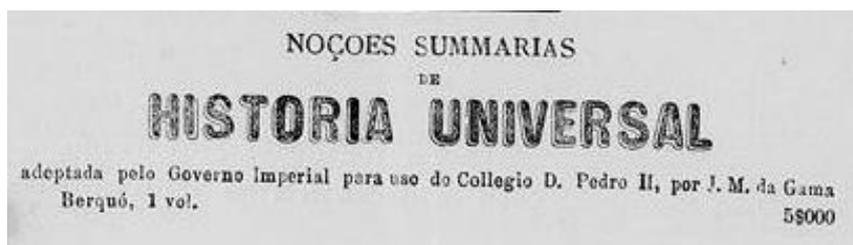
Qual a razão de um tema sensível, como a origem da humanidade fundamentada pelo viés científico, caro ao ideário republicano, ser obrigada a ceder espaço na obra para o retorno da narrativa edênica? Ao que parece, o projeto de Berquó de produzir um curso completo de História estava mantido, mas, em decorrência de alguma pressão (explícita ou não, não saberemos), seja de setores da sociedade ou da Igreja, do espaço escolar ou do ramo editorial, a reescrita era fator condicionante. Segundo Bragança (2005), os editores assumem às vezes o lugar de juiz e às vezes de polinizador, entre as leituras possíveis e as efetivamente disponíveis na sociedade,

pensando em qual público a que devem servir esses livros. Mesmo quando não é deles a iniciativa dos projetos, é deles que parte a direção a seguir. É neste lugar de decisão e de comando, e de criação, que está o coração do trabalho de editor. É também esse lugar que exige dele saberes específicos (“escolher, fabricar, distribuir”), que o diferenciam dos demais agentes envolvidos no processo editorial, e lhe impõem responsabilidades únicas, profissionais, sociais, econômicas, financeiras, administrativas e mesmo (juntamente com os autores) judiciais. (Bragança, 2005, p. 224)

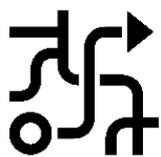
Na seção em questão, a criação do mundo e do homem no Jardim do Éden se desdobra através dos descendentes de Adão e Eva até chegar a Noé, ao dilúvio e ao episódio da distinção humana entre semitas, camitas e jafetitas, dispersos pelas regiões do globo após o episódio da Torre de Babel. Por sua vez, a narrativa da pré-história pode ser vista como uma versão reescrita da edição de 1887 (1889, p. 5-9).

Há controvérsia quanto ao momento em que ocorreu a prescrição pelo ICPII/Ginásio Nacional. Na seção de anúncios da *Revista Sul-Americana* de 30 de abril 1889, a obra já é apresentada como prescrita:

Figura 4: Adoção do compêndio História Universal para uso do Colégio Pedro II.



Fonte: Revista Sul-Americana, 1889, edição 8, p. 16

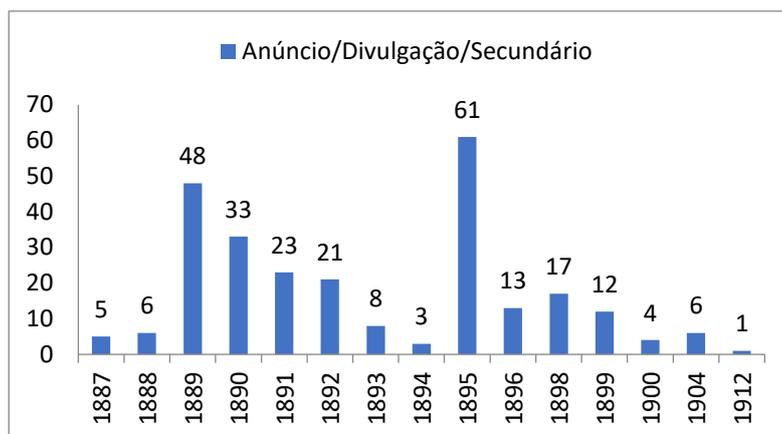


Kênia Moreira (2010) afirma que, para os anos letivos de 1892 e 1893, *História universal (Noções Sumárias)* foi utilizado para as matérias de Idade Média e Moderna, mas, no levantamento dos programas de ensino do mesmo colégio, empreendido por Vechia e Lorenz (1998), não há prescrição do compêndio.

Há indícios da circulação de *História universal (Noções Sumárias)* por todo o país. Em 1891, a Livraria Popular em São Luis do Maranhão (MA), anunciou a venda de todos os livros para os Exames Gerais do programa de 1891, tanto do seminário quanto do liceu, destacando o livro *História Universal*, de Berquó (A CRUZADA, 1891, ed.81, p. 4). Também foi possível apurar sua presença na Biblioteca do Internato do Ginásio Mineiro, na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, no ano de 1892 (MINAS GERAIS: ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO, 1892, ed.174, p. 3). Em 1896, foi adotado para o Programa de Ensino da Escola Normal de Niterói, e para a cadeira de História Universal (JORNAL DO COMÉRCIO, 1896, ed.81, p. 4). Em Manaus, adotado para os cursos do Ginásio Amazonense, Escola Normal e escola Eduardo Ribeiro (DIÁRIO OFICIAL, 1896, ed.669, p. 1). No ano de 1899, figurava na lista dos manuais escolares adotados para os exames de suficiência e de admissão aos diferentes anos do curso do Ginásio Fluminense. O compêndio *História Antiga do Oriente* aparece na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco no ano de 1906. Já na cidade de Cuiabá, em 1912, os compêndios *História Universal* e *História Antiga do Oriente* aparecem na Biblioteca Pública através de doação feita pela editora de Francisco Alves (O DEBATE: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO CONSERVADOR, 1912, ed.367, p. 2).

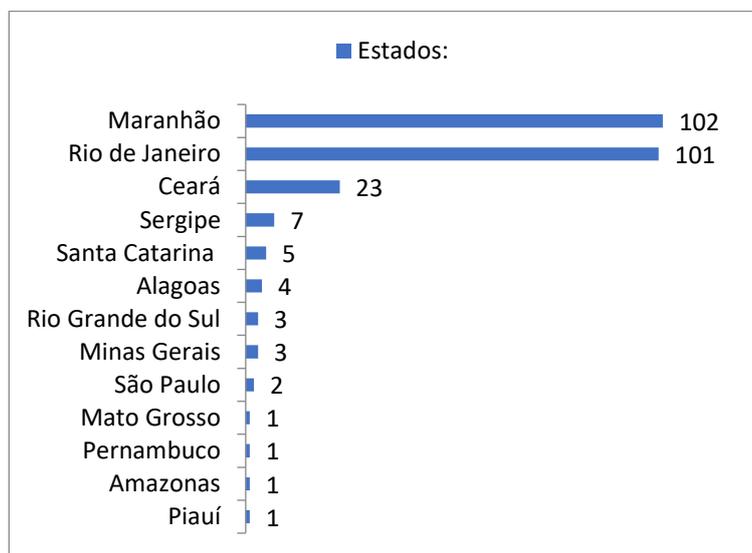
Abaixo seguem dois gráficos que podem oferecer uma amostra da dimensão da circulação das obras a partir de menções em periódicos de todo o país. O primeiro gráfico contém a somatória de anúncios de venda ano a ano, as matérias dos periódicos que, de alguma forma, referiram-se aos compêndios e, por último, a adoção deles em colégios secundários brasileiros. Já o segundo gráfico expressa a sua circulação pelo Brasil. Mais do que comprovar “onde” o compêndio foi mais utilizado, tal estratégia de levantamento de dados nos oferece o alcance da distribuição. Outro fato notado é que, em sua maioria, os anúncios foram feitos no início de cada ano, como estratégia de venda em consonância ao início do ano letivo.

Gráfico 1: Dados quantitativos



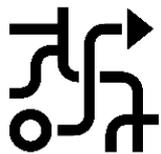
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Gráfico 2: Circulação dos anúncios nos Estados



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Cabe esclarecer que, para o ano de 1889, dos quarenta anúncios de venda, estavam incluídos os três compêndios, sendo que destes, vinte e nove para *Noções Sumárias*. Outro fato notado nesse mesmo ano foi a diversificação de livrarias. A Livraria e Papelaria de Joaquim José de d'Oliveira & Comp., no Ceará, anunciou *Noções Summarias*, por dezessete vezes; a Livraria do Globo, no Rio Grande do Sul, anunciou *História Antiga do Oriente e História da Grécia e Roma*, no jornal *A Federação*, em três edições. Já a livraria Clássica & Alves mesclou suas propagandas nos jornais entre os três compêndios, direcionando a maior parte dos anúncios na *Revista Sul-Americana*: 13 vezes.

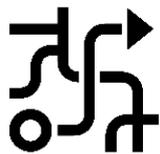


No ano de 1890, foram encontrados 33 anúncios que circularam pelo Rio de Janeiro nos jornais *O País*, *O Cruzeiro* e *Jornal do Comércio*; em Sergipe, pelo jornal *Gazeta de Sergipe*; em Alagoas, pelo jornal *O Orbe* e, no Piauí, pelo jornal *Estado do Piauí*. No ano de 1891, os anúncios encontrados se concentraram principalmente no Rio de Janeiro, entre os jornais *Diário de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias* e *Novidades*, com um total de onze feitos pela Livraria Clássica & Alves, contendo os três compêndios. No Maranhão, temos dois anúncios do livro *História Universal*, disponíveis para venda na Livraria Popular de Luiz Magalhães & Comp. (A CRUZADA: DIÁRIO POLITICO-RELIGIOSO, LITERÁRIO, COMERCIAL E NOTICIOSO, 1891, ed.143, p. 4).

No ano de 1900, foram encontrados quatro anúncios em Santa Catarina. Nesses anúncios, o compêndio *História Universal* é vendido com um valor mais baixo, 4\$000 (REPÚBLICA, 1900, ed.391A, p. 2). Entre os anos de 1901 e 1902, não foram encontradas menções. Em 1903, foi encontrado no Maranhão um anúncio da Livraria Normal (PACOTILHA, 1903, ed.64, p. 3) e, em 1904, foi o último ano em que apareceu uma série de anúncios, dessa vez no Ceará, pela Livraria Araújo, em sete edições do *Jornal do Ceará*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira dos finais do século XIX, tal como tantas outras, experimentou um *frisson* causado pela expectativa de estar a caminho de um mundo civilizado e moderno, alardeado pela divulgação científica na imprensa e na literatura. No entanto, explicações mecanicistas não se verificam na realidade, e este trabalho procurou demonstrar como a cultura escolar, com sua dinâmica interna, opera em ritmo próprio. Logo, o que estava posto era uma História escolar amparada na História Sagrada incrustada e inerte na cultura escolar, sendo que todos os autores de compêndios de História escritos até então nada mais faziam do que reproduzi-la. O caso dos dois compêndios de Berquó atestam muito bem o tensionamento do período: havia predisposição de indivíduos letrados para elogiar a atualidade científica de *História Antiga do Oriente* (1887), mas isso não foi suficiente para a derrubada da História Sagrada da cultura escolar. Apenas dois anos depois, Berquó reescreve e apresenta uma História Antiga escolar que acomoda Pré-história e criacionismo. Como uma onda, isso trouxe um primeiro impacto, mas que, depois do seu recuo, deixou apenas a areia molhada.



Para finalizar, podemos tratar a questão sob a perspectiva dos artefatos. Em um crescente mercado alimentado pela expansão do ensino secundário, com autores e, sobretudo, editores se movimentando, Berquó e seus compêndios perdem espaço. Como ele abandonou a docência, os editores passaram a investir em outros nomes de professores na ativa para valer-se da estratégia de estampar o nome da instituição de origem do autor na folha de rosto. Não por acaso, Francisco Alves publica em 1892, ano em que Berquó se exonera do Ginásio Nacional, o compêndio de *História Antiga*, de João Ribeiro, o seu substituto. Ainda assim, é possível que *Noções Sumárias* apresentasse potencial de vendas, pois o compêndio de João Ribeiro (1894) trazia uma escrita científica, mais erudita que *História Antiga do Oriente*; o fato de oferecer a acomodação das inteligibilidades de História pode ter sido o motivo que garantiu ainda a sua sobrevivência por uma década. No entanto, chegamos ao limite da certeza, pois a ausência de fontes não nos permite saber se houve uma segunda edição ou mesmo qual foi a tiragem de *Noções Sumárias*.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

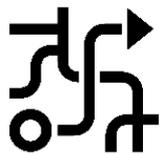
ALONSO, Â. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ALONSO, Angela Maria. *Ideias em Movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000

ARAUJO, V. L. de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, ago. 2015.

BARNABÉ, L. E. *A História Antiga em compêndios franceses e brasileiros no Imperial Colégio de Pedro II ou o caso Justiniano José da Rocha: História, disciplina escolar e impressos (1820-1865)*. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 2019.

BARROS, J. D. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 41, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6549>. Acesso em: 12 mar. 2023



BITTENCOURT, Circe M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o Ensino de História. *Estudos Avançados*, 32 (93). Ensino de Humanidades, p.127-149, 2018.

BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor. Notas para sua história. *Em Questão*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2005.

BRUTER, Annie. *L'Histoire Enseignée au Grand Siècle – Naissance d'une pédagogie*. Paris: Benin, 1997.

BRUTER, A. Um exemplo de pesquisa sobre a história de uma disciplina escolar: a história ensinada no século XVII. *Revista História da Educação*, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 7–21, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29123>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. São Paulo: Forense Universitária, 2006.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação*, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 5–24, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>. Acesso em: 5 set. 2022.

DORIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997. p. 125-198.

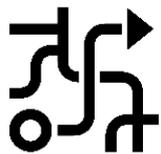
FAGAN, Brian. *Uma breve história da arqueologia*. Tradução Janaína Marcoantonio, 1ª edição: Porto Alegre, 2019.

FARIAS JUNIOR, J. P. de. História do cristianismo nos manuais de ensino de História: entre continuidades e descontinuidades textuais e ideológicas. *Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 152–176, 2022. DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13788.

FONSECA, T. N. de L. *História & ensino de História*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FURTADO FILHO, João Ernani. História escolar: desafios e possibilidades. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (orgs). *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 299-317.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *A pedagogia da nação nos livros didáticos de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)*. São Paulo: Iglu Editora, 2004.



GASPARELLO, Arlette Medeiros. Homens de letras no magistério: Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma história escolar. *Revista de História*, n. 164, janeiro-junho, 2011, pp. 463-485, Universidade de São Paulo.

GUARINELLO, N. L. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, v.3, 2003.

GUERRA, Lolita Guimarães; BARNABÉ, Luís Ernesto. A escrita da Pré-História em compêndios escolares de História no Brasil: o caso João Ribeiro (1892). *Revista História Hoje*, v. 12, n. 24, 2023.

HINGLEY, Richard. O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha. Coleção História e Arqueologia em Movimento, dirigida por Pedro Paulo Funari. Organizadores: Renata Senna Garraffoni, Pedro Paulo Funari, Renato Pinto. Tradução: Luciano César Garcia Pinto. São Paulo: Annablume, 2010.

LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente: História, sociedade, economia*. São Paulo: Edusp, 2020.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

MALVEIRA, Antônio Nunes. Formação de um historiador. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*. Nova Fase, ano III, nº III - 2004/2005, p. 201-213.

MENDONÇA, A.W.P.C. LOPES, I.G. SOARES, J.C., PATROCLO, L.B. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, out./dez. 2013.

MOREIRA, Kênia Hilda. Livros Didáticos de História no Brasil do século XIX: Questões sobre Autores e Editores. *Educação e Fronteiras*, Dourados, MS, v. 3, n. 5, p. 31-44, jan./jun. 2010.

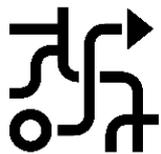
SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – Império (1837-1889). In: _____. *O currículo da disciplina e a escolar História no Colégio Pedro II – A década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011. p. 47-90.

LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente: História, Sociedade e Economia*. Tradução: Ivan Esperança Rocha, 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

MATTOS, S. R. de. *O Brasil em lições: A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2000.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques. *O Currículo da Disciplina Escolar História no Colégio Pedro II – a Década de 1970*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ. 2011.



SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SOUZA, Gizele de. Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate In: SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (Org.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*. Vitória: UFES, 2018. p.115-137.

TRIGGER, Bruce Graham. *História do Pensamento Arqueológico*. Tradução: Ordep Trindade Serra, 2ª Edição: Odysseus, 2004.

TURIN, R. A prudência dos antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90, [S. l.]*, v. 22, n. 41, p. 299–320, 2015. DOI: 10.22456/1983-201X.49864. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/49864>. Acesso em: 5 set. 2022.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Gregos, os Historiadores e a Democracia: O grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FONTES

AZEVEDO, Moreira. *Compendio de História Antiga*. Rio de Janeiro: Garnier Editor, (1864)1883.

BERQUÓ, João Maria da Gama. *História Antiga do Oriente*. História Universal (noções). Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1887a.

BERQUÓ, João Maria da Gama. *História da Grécia e de Roma*. História Universal (noções). Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1887b.

BERQUÓ, João Maria da Gama. *Noções Sumárias de História Universal*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, s/d (1889).

RIBEIRO, João. *História Antiga – V.I: Oriente e Grécia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alves & Cia Editores. 1894.

Recebido em 15/03/2023

Aprovado em 29/06/2023